

Nº 785 - Ato de Concentração nº 08700.003087/2017-48. Requerentes: Agro Rise Participações Ltda. e Vetbrasil Empreendimentos e Participações S/A. Advogados: Rodrigo Zingales Oller do Nascimento, Bruno de Luca Drago, Vinícius Hercos da Cunha e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 788 - Ato de Concentração nº 08700.003195/2017-11. Requerentes: Advent International Corporation e Industrial Parts Holding. Advogados: Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Ana Carolina Folgosi Bittar e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 789 - Ato de Concentração nº 08700.003375/2017-01. Requerentes: Hensoldt Holding Germany GmbH e EuroAvionics Holding GmbH. Advogados: Marcio Dias Soares, Renata Fonseca Zuccolo Giannella e Raphaela Boffe Palma. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 791 - Ato de Concentração nº 08700.003317/2017-79. Requerentes: Fundo de Investimento em Participações Performa Key de Inovação em Meio Ambiente e Mandaê Serviços de Consultoria em Logística Ltda. Advogados: Diego Nabarro, Joyce Ruiz Rodrigues Alves e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 794 - Ato de Concentração nº 08700.003083/2017-60. Requerentes: Odebrecht Participações e Engenharia S.A. e UTC - Participações S.A.. Advogados: Renata Fonseca Zuccolo Giannella, Walter Paschoallick Catherino e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 795 - Ato de Concentração nº 08700.003342/2017-52. Requerentes: Total Alimentos Ltda. e Labtec Laboratório de Ciências e Tecnologia S.A.. Advogados: Caio Mário da Silva Pereira Neto, Joyce Midori Honda e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Substituto

Em 12 de junho de 2017

Nº 790 - Processo Administrativo nº 08700.008612/2012-15 (relacionado ao Apartado Restrito nº 08700.011156/2014-44). Representante: Cade ex officio. Representados: Attendy Artigos de Vestuário e Confecções Ltda., Brink Mobil Equipamentos Educacionais Ltda., Capricórnio S.A, Diana Paolucci S.A. Indústria e Comércio, Excel 3000 Materiais e Serviços Ltda., Libero Comercial Ltda., Mercosul Comercial e Industrial Ltda., NCR Uniformes Ltda., Nicaltex Têxtil Ltda., Tecelagem Guelfi Ltda., Abelardo Paolucci, Alexandre Costa dos Santos, Antonio Carlos Leskovar Borelli, Cláudio Roberto da Silva, Djalma da Silva Santos, Eldo Umbelino, Emerson da Silva, Erica Nunes dos Santos Lima, Ricardo Gonçalves Guerra, Jannivaldo Marques Santos, Júlio Manfredini, Kalvin Vilela Brandão Paolucci, Márcio Nogueira Vignoli, Marcos Antônio Miranda da Silva, Maurício Paolucci, Mickael Vilela Brandão Paolucci, Reinaldo Paolucci, Renato Borges Duarte, Roberto Giro Nakano, Silvio Carlos dos Santos e Valdemar Ábila. Advogados: Leticia Zuccolo Paschoal da Costa; Ricardo Hasson Sayeg; Josimary Rocha de Vilhena; Ariosto Mila Peixoto; Lineu Rodrigues de Carvalho Sobrinho; Luiz Fernando Pinto da Silva; Renata Pires de Serpa Pinto; Camille Vaz Hurtado Pavani; Everardo Ribeiros Gueiros Filho; Ana Cristina de Figueiredo Barros; Filomena da Conceição Almeida Cunha Rodrigues; Maurício Loddi Gonçalves; Daniela Silva; Rogério Ramires; Salomão Taumaturgo Marques; Adélcio Salvalággio; Anderson Gomes Agostinho; Alessandro Baumgartner; Haroldo de Almeida; Noelle Regina de Oliveira Guerino; Felipe Domenici; Fernanda Mara Pereira de Toledo; Felipe Mateus de Toledo; Priscila Brolio Gonçalves; Maurício da Silva Ribeiro; Beatriz Quintana Novaes; Mario Jackson Sayeg; Márcio Roberto Hasson Sayeg, Ricardo Hasson Sayeg, Tatiana Stolf Filippetti Dias; Mariana Fleming Soares Ortiz; João Negrini Neto, Evane Beiguelman Kramer; Camila Pires da Rocha; Fabio Vianna Ferreira, Eliza Tiyoko Cavalcante Trauczynski e outros. Acolho a Nota Técnica CGAA8 nº 43/2017 e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, decido: (a) pelo indeferimento dos pedidos de reconsideração dos Representados Capricórnio S.A e Tecelagem Guelfi; (b) pelo indeferimento de provas testemunhais solicitadas por Excel 3000 Materiais e Serviços Ltda.; (c) pelo deferimento de provas testemunhais e o indeferimento do pedido de tomada de depoimento e acareação do Sr. Djalma dos Santos, solicitados por Diana Paolucci S.A. Indústria e Comércio, Abelardo Paolucci e Mickael Paolucci; (d) pelo deferimento da desistência da oitiva do Sr. Júlio Fernandes de Oliveira e Sra. Patiane Fiorelli, solicitada pelos Representados Nilcatex Têxtil Ltda e Eldo Umbelino; (e) pelo deferimento de provas testemunhais solicitadas por Mercosul Comercial e Industrial Ltda., Nilcatex Têxtil Ltda., Eldo Umbelino, Kalvin Paolucci. Ficam notificados os Srs. Djalma Silva dos Santos, Abelardo Paolucci, Alexandre Costa dos Santos, Antonio Carlos Leskovar Borelli, Eldo Umbelino, Emerson da Silva, Erica Nunes dos Santos Lima, Júlio Manfredini, Márcio Nogueira Vignoli, Reinaldo Paolucci, Ricardo Gonçalves Guerra, Roberto Giro Nakano, Silfainer Lafaiete Bacinello Trindade, Ana Paula Stefano, Mayra Karia Furlanetto dos Santos, Claudio de Aragão Rebouças, Erika Fanhani, Walter Fasterra, Andrea Simoni Martinez, Antonio Henrique Filho, Patricia Aparecida Kogler e Luiz Alberto Alonso, para que compareçam à sede do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, localizada na SEPN 515 Conjunto D, Lote 4, Ed. Carlos Taurisano, Sala de Reunião 01 da Superintendência - Geral, Cep: 70770-504, na cidade de Brasília/DF, nas datas e horários indicados na referida Nota Técnica para que sejam colhidos seus depoimentos e testemunhos. As pessoas indicadas anteriormente que figuram como Representadas no presente Processo Administrativo ficam notificadas por meio de seus procuradores constituídos nos autos. Ficam os demais Representados notificados acerca das datas e dos horários designados para a realização das oitivas.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Substituto

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 433ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 4 DE MAIO DE 2017

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP reuniram-se na Sala de Retratos do Edifício Sede do Ministério da Justiça, Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF. Compareceram: o Presidente, Cesar Mecchi Moraes; 1º Vice-Presidente Paulo Antônio de Carvalho; e os seguintes membros: Alessa Pagan Veiga, André Luiz de Almeida e Cunha; Ariovaldo Toledo Penteado Junior; Diogo Rudge Malan; Eugenio Paes Amorim; Fernanda Regina Vilarés; Fernando Fragozo; Fernando Pastorelo Kfourir; João Batista da Silva Fagundes; Maria Gabriela Viana Peixoto; Pedro Eurico de Barros e Silva; Ruy Celso Barros Florence; Roberto Teixeira Pinto Porto; Tais Schilling Ferraz; Vilobaldo Adelió de Carvalho. A Conselheira Karla André Magalhães Timbó Pinheiro participou da reunião via Skype. Justificaram a ausência os seguintes membros: Aldovandro Fragozo Modesto Chaves; Arthur Correia da Silva Neto; José Barroso Filho; Márgino Alves Barbosa Filho; Maria Tereza Uille Gomes; Olheno Ricardo de Souza Scucuglia; Otávio Augusto de Almeida Toledo; Ulysses de Oliveira Gonçalves Junior. Estiveram também presentes os seguintes convidados: Mauricio Kuehne-COPEN/PR; Marden Marques Filho-Unieuro; Luiz Philipe Apricigo-UnB; Robson de Sousa-Min.Saúde; Lindomar Medeiros-Min.Saúde; Breno Amorim-DEPEN/MJSP; Rodrigo Lopes-DEPEN/MJSP; Mara Fregapani-DEPEN/MJSP. O Presidente iniciou a reunião apresentando a Ata da 432ª Reunião Ordinária do CNPCP para apreciação, sendo aprovada pelo Plenário. Em seguida, o Presidente designou o Conselheiro Fernando Pastorello Kfourir como 2º Vice-Presidente do CNPCP. Para a abertura da Reunião, compareceu o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ministro Osmar Serraglio, mencionando atenção especial referente à Resolução n. 09/2011, no que tange à possível revisão. O Presidente do CNPCP designou o 1º Vice-Presidente Paulo Carvalho para integrar a Comissão de revisão da Resolução n. 09/2011, que trata sobre Diretrizes de Arquitetura Penal. O Conselheiro Joao Batista Fagundes recomendou convidar o Diretor Geral do DEPEN para apresentar a atuação do Departamento Penitenciário Nacional na implantação de estabelecimentos prisionais no formato APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado) e unidades similares. Iniciando os itens de pauta, o Conselheiro Fernando Kfourir apresentou a minuta da Resolução n. 01/2017, que trata da consolidação das Resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, atualizada até dezembro de 2016, nos termos do determinado na Resolução nº 4/2016-CNPCP. Como encaminhamento, foram instituídas subcomissões no âmbito do CNPCP, integradas pelos os membros do Conselho para estudo e aprofundamento acerca das matérias atinentes aos Anexos da respectiva Minuta de Resolução n. 1/2017. Em continuidade aos itens de pauta, a Dra. Lindomar Rocha de Medeiros, do Ministério da Saúde, a Dra. Mara Fregapani, Coordenadora de Promoção e Cidadania do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), e o Dr. Marden Marques Soares Filho, ex-Conselheiro do CNPCP, apresentaram as diretrizes e monitoramento acerca da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) junto aos Estados da Federação. Em seguida, a convidada Mara Fregapani apresentou questões relacionadas à assistência material, de saúde e alimentar do preso, especificamente quanto às Cantinas nas Unidades Prisionais. A Sra. Mara Fregapani apresentou, inclusive, as minutas de duas Portarias Interministeriais MJSP/MS que tratam, respectivamente, de alimentação do preso e assistência material. O Presidente designou os Conselheiros Eugênio Amorim, Conselheira Maria Gabriela Peixoto, Conselheira Tais Schilling e Conselheira Alessa Pagan para integrarem a Comissão que trata de Assistência Material do Preso. O Presidente designou, ainda, as Conselheiras Maria Gabriela Peixoto e Alessa Pagan para apresentarem minuta de Resolução no sentido de regulamentar a atuação das Cantinas no interior das Unidades Prisionais. Após, o Conselheiro André Cunha apresentou proposta de alteração da Portaria MJ n. 72, de 18 de janeiro de 2017, que altera a Portaria MJ n. 1.414, de 26 de dezembro de 2016, no qual regulamenta a transferência obrigatória de recursos do Fundo Penitenciário Nacional independentemente de convenio ou instrumento congênere. Como encaminhamento, a proposta apresentada pelo Conselheiro André Cunha será apreciada na próxima reunião do CNPCP, junto ao Plenário. Em seguida, o Conselheiro Vilobaldo mencionou sobre a situação recente de invasão de representantes dos agentes penitenciários do país nas dependências do Ministério da Justiça. O Conselheiro Vilobaldo defendeu que a situação deveu-se à situação de exclusão dos agentes penitenciários à proposta de regime especial de previdência. Como encaminhamento, o CNPCP inserirá na próxima reunião item de pauta acerca do assunto. Para constar, lavrou-se a presente ata redigida por Jefferson Alves Lopes, analista do Ministério da Justiça, e revisada por Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP.

CESAR MECCHI MORALES
Presidente do Conselho

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIRETORIA EXECUTIVA COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 2.600, DE 18 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/29223 - DPF/AQA/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO SHOPPING LUPO, CNPJ nº 05.376.039/0001-21 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.602, DE 18 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/29060 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TIETE ADMINISTRADORA LTDA, CNPJ nº 17.799.179/0001-91 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.609, DE 19 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/21661 - DELESP/DREX/SR/DPF/RO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0120-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Rondônia, com Certificado de Segurança nº 1166/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.667, DE 23 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/27340 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LOJAS RIACHUELO SA, CNPJ nº 33.200.056/0001-49 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1188/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.691, DE 23 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/31306 - DPF/VAG/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa POUSOSEG SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA ME, CNPJ nº 20.020.309/0001-50, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

12 (doze) Espingardas calibre 12

12 (doze) Revólveres calibre 38

116 (cento e dezesseis) Munições calibre 38

252 (duzentas e cinquenta e duas) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA